



**PEDRINHAS-SE**  
ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO

**Estado de Sergipe**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

Resolução nº 003, de 12 de Agosto de 2014, revogada pela Resolução nº 001, de 18 de Junho de 2019.

**Acrescenta na Resolução do Art.  
12 Inciso I à Letra A no  
Regimento Interno dessa Casa  
Legislativa.**

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRINHAS.**

**Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a  
seguinte Resolução:**

**TÍTULO I**

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292  
CNPJ. 32.745.846/0001-47  
camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**  
**DA CÂMARA MUNICIPAL**

**CAPÍTULO I**  
**DAS FUNÇÕES DA CÂMARA**

Art. 1º - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal que tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Art. 2º - As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município.

Art. 3º - As funções de fiscalização financeira consistem no exercício do controle da Administração Municipal, principalmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito, integradas estas àquelas da própria Câmara, sempre mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 4º - As funções de controle externo da Câmara implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas sanatórias que se fizerem necessárias.

Art. 5º - As funções julgadoras ocorrem nas hipóteses em que é necessário julgar o Prefeito e os Vereadores, quando tais agentes políticos cometem infrações político-administrativas previstas em lei.

**CAPÍTULO II**  
**DA SEDE DA CÂMARA**



**PEDRINHAS-SE**  
ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO

Art. 6º - A Câmara Municipal tem sua sede na Travessa Álvaro Freitas, nº 6, na cidade de Pedrinhas, Sergipe.

Parágrafo único - As sessões poderão ser realizadas em recinto diverso da sede, designado pela Mesa, com aquiescência do Plenário.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA**

Art. 7º - A Câmara Municipal instalar-se-á no primeiro ano de cada legislatura, em sessão solene, às 9h, no dia 1º de janeiro do primeiro ano da legislatura, sob a presidência do Vereador mais votado, para a posse dos eleitos e eleição e posse da Mesa Direto.

§ 1º - A instalação ficará adiada para o dia seguinte e assim sucessivamente, se não houver o comparecimento de pelo menos 06 (seis) Vereadores à sessão.

§ 2º - Os Vereadores, munidos do respectivo diploma, tomarão posse na sessão de instalação, perante o Presidente provisório a que se refere o caput deste artigo, após a manifestação do seguinte compromisso, que será lido pelo Presidente: **“PROMETO EXERCER COM DEDICAÇÃO E LEALDADE O MANDATO QUE ME CONFIOU O POVO PEDRINHENSE, RESPEITANDO A LEI E PROMOVENDO O BEM GERAL DO MUNICÍPIO.”**

§ 3º - Prestado o compromisso pelo Presidente, o Vereador secretário *ad hoc*, fará a chamada nominal de cada vereador, que declarará: **“ASSIM O PROMETO”**.

§ 4º - Antes de tomar posse, o vereador eleito entregará à Secretaria da Câmara Municipal a declaração de seus bens, que deverá ser anualmente atualizada, de acordo com o que determina a Lei Federal 8.429, de 02 de junho de 1992.

Art. 8º - Após a posse dos Vereadores e a eleição da Mesa Diretora, em nova sessão solene, a ser designada na mesma data, em horário determinado pela a presidência do Vereador eleito, dar-se-á a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 9º- O Vereador que não tomar posse na sessão de instalação prevista neste capítulo, deverá fazê-lo na primeira oportunidade em que for convocada sessão na Câmara, salvo motivo justificado e aceito, quando então prestará compromisso individual previsto neste Regimento.

§ 1º - O Vereador que não tomar posse nas situações previstas no caput deste artigo, não mais poderá fazê-lo, aplicando-se-lhe o disposto no artigo 71, § 1º letra b.

§ 2º -O suplente convocado, após apresentar sua declaração de bens junto à Secretaria da Câmara Municipal, prestará o compromisso legal na primeira vez que assumir.

§ 3º \_ Em seguida realizar-se-á a eleição da Mesa, na qual somente poderão votar os vereadores empossados.

§ 4º O registro da Chapa para concorrer à eleição da Mesa, deverá ser protocolada em ato contínuo a posse, direcionada ao Presidente em exercício.

Art. 10 - O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá ser empossado sem prévia desincompatibilização.

**TÍTULO II**  
**DOS VEREADORES**  
**CAPÍTULO I**  
**DOS DIREITOS E DEVERES**

Art. 11 - Os direitos dos Vereadores estão compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos legais e as normas estabelecidas neste Regimento, especialmente:

I - na participação das discussões e deliberações do Plenário;

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

II - na apresentação de proposições e de propostas para a realização de audiências públicas.

III - no uso da palavra.

Art. 12 - São deveres do Vereador, além de outros previstos na Lei Orgânica:

I - comparecer, à hora regimental e nos dias designados, às sessões da Câmara Municipal, apresentando, por escrito, justificativa à Mesa, pelo não comparecimento;

Letra A – Na falta de 2 (duas) sessões semanal, fica o Sr. Presidente autorizado a descontar o valor de R\$ 306,60 do subsídio do vereador, com exceção por doença ou morte de parentes de 1º e 2º grau.

II - não se eximir de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;

III - dar, nos prazos regimentais, pareceres ou votos, comparecendo e tomando parte nas reuniões das comissões a que pertencer;

IV - propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal, medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e de sua população;

V - impugnar medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público.

VI - manter a ética e o decoro parlamentar;

VII - não residir fora do município.

Art. 13 - Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente, conhecendo o fato, adotará, conforme a gravidade, as seguintes providências:

I - advertência pessoal;

II - advertência em Plenário;

III - cassação da palavra;

IV - determinação para retirar-se do Plenário;

V - suspensão da sessão para entendimentos na sala da Presidência;

VI - proposta de perda do mandato, de acordo com a legislação vigente.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Artigo 14 - São condutas incompatíveis como decoro parlamentar, puníveis com a censura verbal:

- I - descumprir os deveres inerentes ao mandato;
- II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Câmara de Vereadores;
- III - perturbar a ordem das reuniões das Sessões legislativas e das Comissões;
- IV - usar, em discurso ou Proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar.

Parágrafo Único - A censura verbal será aplicada em reunião pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem os substituir, assegurada a ampla defesa.

Art15 - São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a censura escrita:

- I - usar, em discurso ou Proposição, expressões que contenham incitamento à prática de crimes;
- II - praticar ofensas físicas ou morais, no exercício da Vereança, a outro parlamentar, a membros da Mesa ou de Comissão;

Parágrafo Único - A censura escrita será imposta pela mesa Diretora, assegurada ampla defesa.

Art16 - São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a suspensão temporária do mandato:

- I - reincidir nas hipóteses previstas no artigo anterior;
- II - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou Comissão haja resolvido manter secretos;

III - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

IV - faltar, sem motivo justificado, a 04 (quatro) Sessões ordinárias consecutivas ou a 10 (dez) intercaladas, dentro da Sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Parágrafo Único - A penalidade prevista neste artigo será aplicada pelo Plenário, por maioria absoluta e escrutínio secreto, assegurada a ampla defesa.

Art17 - Além das condutas incompatíveis com o decoro parlamentar previstas na Lei Orgânica Municipal, a reincidência naquelas arroladas no artigo anterior enseja à cassação do mandato de Vereador.

## **CAPÍTULO II**

### **DA INTERRUÇÃO E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA E DAS VAGAS**

Art. 18 - O Vereador poderá licenciar-se do exercício da vereança, mediante requerimento dirigido à Presidência nos seguintes casos:

I - para tratar de interesse particular por prazo não superior a cento e vinte dias por sessão legislativa e o mínimo de 15 dias por período, caso em que será convocado o suplente a quem caberá o pagamento proporcional do respectivo subsídio;

II - por motivo de saúde, nos termos da legislação previdenciária;

III - quando for investido no cargo de Secretário Municipal, Presidente ou Diretor de Autarquia ou Diretoria equivalente.

Art. 19 - As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou cassação de mandato.

§ 1º - Extingue-se o mandato de Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara quando:

a) ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou por qualquer outra causa legal hábil;

b) deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei;

c) deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a terça parte das sessões ordinárias e/ou extraordinárias, em cada sessão legislativa.

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

§ 2º - A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:

- a) utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa ou atentatórias às instituições vigentes;
- b) fixar residência fora do Município;
- c) proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro parlamentar na sua conduta pública.

Art. 20 – O processo de cassação do mandato de Vereador por prática de infração político-administrativa, será seguido de acordo com o disposto na legislação Municipal e Federal pertinente.

Art. 21- A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato extintivo pelo Presidente, através de decreto legislativo, promulgado e devidamente publicado.

Art. 22- O Presidente que deixar de declarar a extinção ficará sujeito às sanções de perda da presidência e proibição de nova eleição para cargo da Mesa, durante a legislatura.

Art. 23 - A renúncia do Vereador far-se-á por ofício dirigido à Câmara, reputando-se aberta a vaga a partir da sua protocolização.

Art. 24 - Em qualquer caso de vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 1º - O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo previsto para o Vereador, a partir do conhecimento da convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º - Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, à Justiça Eleitoral.

§ 3º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á quórum em função dos Vereadores remanescentes.

§4º - Na hipótese de investidura no cargo de Secretário Municipal, o Vereador poderá optar pelo subsídio de Secretário ou de Vereador.



**PEDRINHAS-SE**  
ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO

### **CAPÍTULO III**

#### **DA LIDERANÇA PARLAMENTAR**

Art. 25 - São considerados líderes os Vereadores indicados à Mesa pelas respectivas representações partidárias com assento na Câmara, para, em seu nome, expressarem em Plenário pontos de vista sobre assuntos em debate.

Art. 26 - No início de cada sessão legislativa, as bancadas comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes e vice-líderes.

Parágrafo único – Parágrafo único - Na falta de indicação, considerar-se-ão líderes e vice-líderes, respectivamente, os vereadores mais votados de cada bancada.

Art. 27 - As lideranças partidárias não impedem que qualquer Vereador se dirija ao Plenário, pessoalmente, desde que observadas às restrições constantes neste Regimento.

I - O líder do governo será indicado, facultativamente, pelo Poder Executivo, em ofício dirigido à Mesa Diretora;

II- O Presidente da Mesa não poderá exercer liderança partidária, nem ser Líder do Governo.

Art. 28 – As lideranças partidárias não poderão ser exercidas por integrantes da Mesa, ressalvados os casos em que todos os representantes do partido, participar da mesma.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS**

Art. 29. O subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores será fixado por Lei de iniciativa da Câmara de Vereadores no último ano de cada legislatura, até trinta dias antes das eleições, para vigorar na legislatura seguinte, observados os limites constitucionais.



**PEDRINHAS-SE**  
ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DIÁRIAS E DO RESSARCIMENTO DE DESPESA**

Art. 30 - O Vereador que se afastar do Município, para participar em representação da Câmara, a serviço desta ou para participar de eventos fará jus à diárias, despesas com inscrição e com deslocamento;

Art. 31 - A concessão de diárias, despesas de inscrição e de deslocamento, de que trata o artigo, serão estabelecidos através de Resolução Administrativa.

Art. 32 - O Vereador deverá apresentar relatório escrito das atividades desenvolvidas durante o evento, num prazo de 10 dias a contar do retorno.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS FALTAS E DAS LICENÇAS**

Art. 33 - Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer à sessão da Câmara.

Parágrafo único – A falta será atribuída inclusive aos Vereadores que embora presentes, não participarem de pelo menos da votação de 50% dos projetos da ordem do dia.

Art. 34 - O Vereador poderá licenciar-se, fundamentando seu pedido nos seguintes casos:

I - por motivo de saúde devidamente comprovada;

II - para tratar de interesse particular por prazo determinado.

Art. 35- O suplente será convocado pelo Presidente nas licenças a que se refere o artigo anterior segundo o disposto na Lei Orgânica do Município.

Art. 36 - Será convocado o suplente quando o Presidente exercer o cargo de Prefeito, e nesse tempo houver realização de sessão.

**TÍTULO III**  
**DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**CAPÍTULO I**  
**DA MESA DA CÂMARA**  
**SEÇÃO I**  
**DA FORMAÇÃO DA MESA E DE SUAS MODIFICAÇÕES**

Art. 37 - A Mesa da Câmara é o órgão diretivo de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara e será composta de um Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, com mandato de 2 (dois) anos. Parágrafo único - As decisões da mesa se traduzem em documentos assinados pelo presidente e pelo Primeiro Secretário.

Art. 38 - Findos os mandatos dos membros da Mesa, proceder-se-á na renovação desta para o 2º Biênio, sendo realizada eleição, obrigatoriamente, na última sessão ordinária anual, empossando-se os eleitos em 1 de janeiro do ano subsequente.

Parágrafo único - A eleição dos membros da Mesa far-se-á pelo resultado do voto da maioria simples computada na votação nominal dos vereadores que deverão declarar seu voto abertamente, um a um, ao serem chamados pelo Presidente segundo a ordem de suas inscrições no livro de presenças.

Art. 39 – Para a eleição dos cargos da Mesa poderá concorrer qualquer Vereador, cabendo à reeleição para o mesmo cargo.

§ 1º O Registro da candidatura para eleição de que trata este artigo será feito mediante requerimento inscrito, dirigido a mesa, até 72 (setenta e duas) horas, antes da realização da eleição.

Art. 40 - Em caso de empate nas eleições para membro da Mesa, será considerado vencedor o Vereador mais idoso.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 41- Somente se modificará a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga do cargo de Presidente e Vice-Presidente, caso em que proceder-se-á em nova eleição.

Art. 42- Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

- I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante ou se este o perder;
- II - licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador por prazo superior a 90 (noventa) dias, vedando-se a renovação da mesma, exceto para os casos de licença-saúde;
- III - houver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular;
- IV - for o Vereador destituído do cargo da Mesa por decisão do Plenário.
- V- seu titular vier a falecer

Art. 43 - A renúncia pelo Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será feita mediante justificção escrita apresentada no Plenário.

Art. 44 - A destituição de membro efetivo da Mesa Diretora somente poderá ocorrer mediante representação subscrita por um terço de Vereadores, desde que observado o devido processo legal, assegurando-se o direito de ampla defesa, nas hipóteses de desídia, ineficiência ou utilização do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação de Plenário, com voto de dois terços dos Vereadores.

Art. 45 - Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na primeira sessão ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga.

## **SEÇÃO II**

### **DA COMPETÊNCIA DA MESA**

Art. 46 - Compete à Mesa Diretora:



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

I - propor ao Plenário projetos de lei que criem, transformem e extingam cargos ou funções da Câmara, bem como para fixar e alterar as correspondentes remunerações;

II- propor projetos de lei que fixem ou atualizem o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito dos Vereadores e dos secretários municipais;

III – promulgar através de Resolução de Mesa Diretora, os pedidos de licença de afastamento do Prefeito, aprovados pelo Plenário;

IV - encaminhar ao Prefeito Municipal, a proposta do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município;

V - enviar ao Tribunal de Contas do Estado, até 120 dias contados do encerramento do exercício financeiro, as contas do exercício anterior;

VI - declarar perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal, assegurada ampla defesa;

VII -representar em nome da Câmara junto aos Poderes da União e dos Estados;

VIII - organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara, vinculadamente ao repasse mensal das mesmas pelo Executivo;

IX - deliberar sobre a convocação de sessões extraordinárias;

X - recusar as proposições apresentadas à Câmara, sem observância das disposições regimentais;

XI - assinar as resoluções e os decretos legislativos, através da rubricas do presidente e do primeiro secretário;

XII - deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da Câmara;

XIII - determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior;

XIV - providenciar para que no primeiro trimestre de cada sessão legislativa, sejam oferecidos cursos informativos sobre temas que aprimorem os conhecimentos de



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Vereadores, a serem realizados no Município, com cobertura de custos pelo orçamento da Câmara.

XV – elaborar, publicar e providenciar os encaminhamentos do relatório de gestão de fiscal previsto na Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 47 - O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e este será substituído, nas mesmas condições, pelo Secretário, assim como este pelo 2º secretário.

Art. 48 - Após 15(quinze) minutos do horário de iniciar-se determinada sessão, havendo ausência de todos os membros da Mesa, assumirá a presidência o Vereador mais idoso entre os presentes, nomeando qualquer dos Vereadores para secretário **ad hoc**, somente para aquela sessão.

Art. 49 - A Mesa reunir-se-á, independente do Plenário, para a apreciação prévia de assuntos que serão objeto de deliberação da edilidade que, por sua especial relevância, demande intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

### **SEÇÃO III**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS MEMBROS DA MESA**

Art. 50 - O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-a e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento.

Art. 51 - Compete ao PRESIDENTE da Câmara:

I - representar a Câmara Municipal em juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou do Plenário;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;



**ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

IV - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberam sanção tácita e aquelas cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;

V - fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI - declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;

VII - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

VIII - apresentar ao Plenário, até o dia vinte de cada mês, o balanço relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas no mês anterior;

IX - substituir o Prefeito Municipal, nos casos previstos em lei;

X - designar comissões especiais, nos termos deste Regimento, observadas as indicações partidárias;

XI - mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

XII - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade, após deliberação do plenário;

XIII - administrar os serviços da Câmara Municipal fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão;

XIV - representar a Câmara junto ao Prefeito, demais autoridades e perante entidades privadas em geral;

XV - credenciar agente de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

XVI - fazer expedir a correspondência da Câmara para quaisquer situações;

XVII - empossar os Vereadores retardatários e suplentes convocados, o Prefeito e o Vice-Prefeito;

XVIII - declarar extintos os mandatos de Prefeito, do Vice-Prefeito, de Vereadores e de suplente, nos casos previstos em lei, ou em decorrência de decisão judicial,

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

em face de deliberação do Plenário e expedir decreto legislativo de perda do mandato;

XIX - convocar suplente de Vereador, quando for o caso;

XX - declarar destituído o membro da Mesa ou de comissão permanente, nos casos previstos neste Regimento;

XXI - designar os membros das comissões especiais e os seus substitutos e preencher vaga nas comissões permanentes, observado o princípio da proporcionalidade;

XXII - dirigir as atividades legislativas da Câmara, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente,

não caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às comissões, ou a qualquer integrante de tais órgãos, individualmente considerados e em especial exercendo as seguintes atribuições:

a) convocar sessões extraordinárias da Câmara e comunicar aos Vereadores as convocações partidas do Prefeito ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa, inclusive no recesso;

b) organizar a pauta dos trabalhos legislativos, juntamente com o Primeiro Secretário e com os líderes de bancadas;

c) abrir, presidir e encerrar as sessões da Câmara e suspendê-las quando necessário;

d) determinar a leitura, pelo secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais se deva deliberar em Plenário, na conformidade do expediente de cada sessão;

e) cronometrar a duração do expediente, da ordem do dia e do tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivos;

f) manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores inscritos, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

- g) resolver questões de ordem;
- h) interpretar o Regimento Interno, para aplicação às questões emergentes, sem prejuízo da competência do Plenário para deliberar a respeito, se requerido por qualquer Vereador;
- i) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação, nominando os Vereadores que votaram contrários, bem como os ausentes do Plenário;
- j) proceder à verificação de quórum, de ofício ou a requerimento de Vereador;
- k) encaminhar os processos e os expedientes às comissões permanentes, para parecer, controlando-lhes o prazo, e, esgotado este sem pronunciamento, nomear relator **ad hoc** nos casos previstos neste Regimento;

XXIII - praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:

- a) receber mensagens de propostas legislativas, fazendo-as protocolizar;
- b) encaminhar ao Prefeito, por ofício, os projetos de lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;
- c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convidá-lo a comparecer ou fazer com que compareçam à Câmara os seus auxiliares para explicações quando houver convocação da edilidade em forma regular;
- d) solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário;
- e) proceder a devolução à tesouraria da Prefeitura de saldo de caixa existente ao final de cada exercício.

XXIV - ordenar as despesas da Câmara e assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento juntamente com o Diretor da Câmara;

XXV - determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigido;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

XXVI - administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinar os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Legislativo vantagens legalmente autorizadas; determinando a apuração de responsabilidades administrativas civil e criminal de servidores faltosos e aplicando-lhes penalidades; julgando os recursos hierárquicos de servidores da Câmara; praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão;

XXVII - mandar expedir certidões requeridas para a defesa de esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

XXVIII - exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal dentro ou fora do recinto da mesma;

XXIX - requisitar elementos de corporações civis ou militares, quando necessário, para a manutenção da ordem interna na Câmara de Vereadores;

Art. 52- O Presidente da Câmara, quando estive substituindo o Prefeito, nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa;

Art. 53 - O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estas estiverem em discussão ou votação.

Art. 54 - O Presidente da Câmara somente votará nas seguintes hipóteses:

I - votação secreta;

II - empate;

III - quórum de 2/3;

IV - eleição e destituição de membros da Mesa Diretora.

Parágrafo único - O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.



**ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 55 - O policiamento do recinto da Câmara compete privativamente à Presidência e será feito por seu funcionário, podendo ser requisitados elementos de corporações civil e militar para manter a ordem interna.

Art.56 - Compete ao Vice- Presidente da Câmara:

I - substituir o Presidente em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;

II - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

III - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, não o fizerem.

Art. 57 - São atribuições do Primeiro Secretário:

I - verificar a presença dos Vereadores, segundo o respectivo livro de registro e fazer a chamada dos mesmos nos casos previstos neste Regimento:

II - ler, em resumo, na parte do expediente, para conhecimento do Plenário, todos os expedientes recebidos ou encaminhados pela Câmara;

III - organizar, com o Presidente e os líderes de bancada, a ordem do dia;

IV - superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da sessão;

V - assinar, juntamente com o Presidente, as atas das sessões;

VI - apurar os votos abertos do Plenário e fiscalizar a escrutinação dos secretos;

VII - verificar a presença dos Vereadores quando em processo de votação;

VIII - superintender os trabalhos de Secretaria da Câmara;

IX - substituir o Presidente e o Vice-Presidente na forma deste Regimento.

Art. 58 - São atribuições do Segundo Secretário:

I - substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos ou ausências;

II - substituir o Presidente, o Vice-Presidente e o Primeiro Secretário, na forma deste Regimento.

## **SEÇÃO IV**

### **PLENÁRIO**

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 59 - Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião dos Vereadores.

Art. 60 - As deliberações do Plenário só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único - O quórum e os demais critérios para as deliberações plenárias serão os estabelecidos pela Lei Orgânica do Município.

Art. 61 - O plenário não tem poderes para excepcionar a Lei Orgânica e o Regimento Interno, sob pena de nulidade.

### **TÍTULO III**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS COMISSÕES**

#### **SEÇÃO I**

#### **DAS ESPÉCIES DE COMISSÕES E DAS FINALIDADES**

Art. 61 - São espécies de comissões da Câmara:

I - permanentes;

II - especiais;

III - de inquérito;

IV - processante.

Art. 62 - As comissões serão compostas por três Vereadores com os seguintes fins:

I - emitir parecer sobre matérias em tramitação na Casa;

II - realizar estudos sobre temas específicos considerados de natureza essencial;

III - investigar fatos determinados sobre temas de interesse local.

IV - realizar audiências públicas.

Parágrafo único - Cada bancada deverá indicar os respectivos suplentes, de acordo com o critério da proporcionalidade partidária.

Art. 63 - Às comissões permanentes incumbe estudar os assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário.

Parágrafo único – As Comissões de permanente funcionamento são as seguintes:

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO

- a) JUSTIÇA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL;
- b) FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA;

**C) OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS;**

Art. 64 - As comissões especiais destinadas a proceder estudos de assunto de especial interesse do Legislativo terão sua finalidade especificada na resolução que as constituírem, a qual indicará também o prazo para a apresentação do relatório de seus trabalhos.

Art. 65 - A Câmara poderá constituir comissão parlamentar de inquérito com a finalidade de apurar irregularidades administrativas do Executivo, da administração indireta e da própria Câmara.

Parágrafo único - As denúncias sobre irregularidades e a indicação das provas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da comissão de inquérito.

Art. 66 - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de 1/3(um terço) de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Parágrafo único - O requerimento a que se refere o caput deste artigo é o bastante para constituir a CPI, independentemente da apreciação do Plenário.

Art. 67. A composição da CPI deverá obedecer à proporcionalidade das bancadas e ou blocos.

§ 1º. O Presidente da Câmara fará os cálculos e comunicará aos líderes que indicarão, em 5 (cinco) dias, o integrante de seu partido e ou bloco.

§ 2º. Caso não haja a indicação, caberá ao Presidente fazer a indicação.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 68 - A Câmara Municipal constituirá comissão processante nos termos e nas hipóteses estabelecidas pela legislação federal, quando se tratar de julgamento de infração político-administrativa do Prefeito e Vereadores.

Art. 69 - Em cada comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional das bancadas ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

Art. 70 - Compete, em comum, às comissões:

- I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- II - encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações sobre a matéria que lhe for submetida;
- III - solicitar a colaboração de órgão da entidade da administração pública e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita ao seu pronunciamento;
- IV - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático, podendo promover ou propor à Mesa da Câmara a promoção de conferências, seminários, palestras e exposições;
- V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VI - apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;
- VII - acompanhar junto à Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;
- VIII - receber reclamações e sugestões de qualquer cidadão.

Parágrafo único - As Comissões deverão adotar livro próprio para o registro das presenças de seus integrantes e dos assuntos que analisar.

Art. 71 - Qualquer entidade da sociedade civil ou Vereador poderá solicitar ao Presidente da Câmara ou ao Presidente da comissão que lhe permita emitir conceitos ou opiniões junto às comissões sobre projetos que se encontrem para estudos.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 72 - Não será criada comissão especial ou comissão parlamentar de inquérito enquanto estiverem funcionando, concomitantemente, pelo menos 3 (três) comissões.

Parágrafo único. Excluem-se dessa vedação as comissões permanentes.

## **SEÇÃO II**

### **DA FORMAÇÃO DAS COMISSÕES E DE SUAS MODIFICAÇÕES**

Art. 73 - Os membros das comissões permanentes serão escolhidos para integrá-las por período de um ano, permitida a recondução.

Art. 74 - Os membros das comissões permanentes serão escolhidos na primeira sessão ordinária seguinte à da posse da nova Mesa Diretora através de acordo em que serão indicados pelas respectivas bancadas, respeitada a proporcionalidade partidária.

§ 1º - O Presidente da Câmara não integrará a composição das comissões permanentes.

§ 2º - O mesmo Vereador não poderá integrar mais de duas comissões permanentes.

§ 3º - No caso de o Ver. titular de Comissão encontrar-se em licença, ou ainda, impedido ou suspeito de emitir relatório, será convocado a substituí-lo o suplente na Comissão e se mais de um titular encontrar-se em licença ou incurso nos demais casos, o Presidente nomeará um membro "ad hoc" para atuar na Comissão.

Art. 75 - Recebidas as indicações, conforme o previsto no art. 48, caput, o Presidente as homologará, considerando-se automaticamente empossados os membros indicados

Art. 76 - Não havendo a indicação nos termos dos arts. 47 e 51, caberá ao Presidente fazer a composição das comissões.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 77 - Os membros das comissões permanentes serão destituídos caso não compareçam a 3 (três) reuniões consecutivas ordinárias ou a 5 (cinco) intercaladas da respectiva comissão, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

§ 1º - A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigido ao Presidente da Câmara, que declarará vago o cargo.

§ 2º - A vaga deverá ser preenchida com a nova indicação do líder da bancada do partido correspondente.

Art. 78 - A composição das comissões parlamentares de inquérito serão constituídas pela indicação dos líderes de bancada.

### **SEÇÃO III**

#### **DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Art. 79 - As comissões permanentes, logo que constituídas, organizar-se-ão quanto à eleição do seu Presidente e Vice-Presidente, bem como quanto ao dia e horário de suas reuniões ordinárias.

Parágrafo único - As comissões poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos 2/3 de seus membros.

Art. 80 - Compete aos presidentes das comissões, entre outras:

- I - convocar as reuniões extraordinárias da comissão;
- II - presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;
- III - receber as matérias para o exame da comissão;
- IV - observar os prazos para o exame das matérias;
- V - representar a comissão nas relações com a Mesa e com o Plenário;

Parágrafo único - Dos atos dos presidentes das comissões, com os quais não concorde qualquer de seus membros, caberá recurso à Mesa que decidirá em 48hs,



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

tempo em que fica suspenso o prazo de apreciação da matéria em questão, salvo quando se tratar de parecer.

## **SEÇÃO IV**

### **DOS PRAZOS PARA O EXAME DAS COMISSÕES**

Art. 81- Os prazos para a emissão de parecer, a partir da data de recebimento das respectivas matérias, são os seguintes:

I - 21 dias para projetos em trâmite normal;

II - 14 dias para projetos em regime de urgência;

III - 30 dias para a LDO, Orçamento, Plurianual e Contas do Prefeito emitidas pelo Tribunal de Contas;

IV - 15 dias para outras espécies de proposições;

Art. 82- As comissões emitem parecer pela maioria de votos de seus integrantes.

Parágrafo único - O parecer da comissão deverá ser assinado por todos os membros, sem prejuízo da apresentação do voto vencido, em separado.

Art. 83 - Quando o projeto for objeto de exame por mais de uma comissão e não houver consenso para a emissão de parecer conjunto, cada uma emitirá isoladamente o respectivo parecer.

§ 1º - Na ordem da leitura dos pareceres será feita a leitura do parecer da Comissão de Justiça, Educação, Saúde e Assistência Social, e, após, dos pareceres das demais Comissões, destacando-se as emendas existentes para serem votadas, em separado, em primeiro plano, após a discussão.

§ 2º - Os pareceres são peças técnicas que servem para orientar o Plenário sobre determinada matéria em tramitação, devendo a discussão e votação recair unicamente sobre a proposição e suas emendas.

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 84 - Qualquer Vereador poderá requerer audiência com quaisquer das comissões permanentes sobre matéria de autoria própria ou sobre assunto diverso que esteja em estudos.

Art. 85 - Nenhuma matéria será apreciada pelo Plenário sem o conhecimento do respectivo parecer, que deverá ser emitido inclusive sobre matérias de sessões extraordinárias, pelas comissões competentes.

## **SEÇÃO V**

### **DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Art. 86 - Compete à Comissão de JUSTIÇA EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL manifestar-se em parecer sobre todas as matérias levadas ao seu exame, após devida análise envolvendo os aspectos constitucional, legal, jurídico, de redação, técnica legislativa e ainda nos assuntos que abordem direitos e deveres de cidadania.

Parágrafo único – O parecer exarado pela Comissão poderá abordar, ainda o mérito nos assuntos levados ao seu exame, compreendendo o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade.

Art. 87 – Compete à Comissão de FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, opinar sobre matérias referentes ao plano diretor, a quais, empreendimentos e execução e ainda sobre todas as matérias que abranjam questões financeiras em geral e de fiscalização, e especialmente nos projetos que dizem respeito a:

a) tributos, abertura de créditos adicionais, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas e quaisquer outras que direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no patrimônio municipal;



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

b) projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e, privativamente a projeto de orçamento anual e a prestação de contas do Executivo e da Mesa da Câmara.

c) a fixação e atualização do subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais, inclusive sobre propostas de verbas de representação;

Art. - 88 Compete à Comissão de OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, opinar sobre matérias referentes a quaisquer obras, e execução de serviços públicos, loteamentos, urbanizações, trânsito e ainda sobre todas as matérias que abranjam questões de criação, transformação, extinção de cargos e funções, regime jurídico, organização dos quadros e dos serviços, fixação e reajustes de vencimentos e outras vantagens para servidores;

Art. 89– As comissões reunir-se-ão para emitir parecer único sobre as matérias que estão sendo examinadas, sob a coordenação do Presidente da Comissão de JUSTIÇA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 90. Não havendo concordância sobre a emissão de parecer único, cada comissão, para a qual tenha sido distribuída determinada matéria, emitirá parecer próprio.

§ 1o Discordantes os pareceres sobre determinada matéria, todos serão lidos.

§ 2o Após, será apreciado, em primeiro, o da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

§ 3o Se aprovado este, a contrariedade constante de outro parecer estará vencida, ficando sujeito à deliberação somente o assunto ainda não vencido.

Art. 91- Os prazos previstos no art. 54, deverão ser rigorosamente observados pelas comissões, para a emissão de seus pareceres.

Parágrafo único - Interrompem, automaticamente os prazos previstos para a análise de matérias nas comissões, as diligências em andamento que tenham sido

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

requeridas sobre as mesmas, os recessos e as consultas a órgãos externos de assessoria jurídica.

Art. 92 - Concluído o parecer sobre determinada matéria, a mesma constará, obrigatoriamente, da ordem do dia dentre os primeiros 15 (quinze) dias seguintes a esta conclusão.

## **TITULO V**

### **CAPÍTULO I**

#### **DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 93. Os serviços administrativos da Câmara Municipal far-se-ão através dos seguintes Órgãos e reger-se-ão por regulamento próprio.

I – Secretaria Geral;

II –Auxiliar Administrativo.

III – Assessoria Jurídica;

IV– Assessoria de Contabilidade;

V – Serviço de Controladoria;

§ 1º - A Secretaria Geral compete - secretariar o Presidente, Diretor Geral, Mesa Executiva e demais vereadores, Assessoria jurídica, em todas as matérias que diz respeito ao processo legislativo em geral.

§ 2º – A(o) Secretária(o) Geral compete as seguintes atribuições:

I - transcrição e confecção de atas para apreciação e deliberação do plenário na sessão subsequente à realizada;

II - implantar e controlar o sistema de arquivo da Câmara;

III - organizar fichários, protocolos de recebimento e expedição;

IV - secretariar todos os vereadores na elaboração de Projetos de Leis, Projetos de Resoluções, Requerimentos, Indicações e demais proposições;

V - prestar atendimento ao público em geral;

VI – gravar, se necessário, as reuniões das comissões, as sessões da Câmara de conformidade com o site implantado;

VII – disponibilizar no site as sessões da Câmara;

a) A(o) Auxiliar Administrativo, compete as seguintes atribuições:

I - auxiliar o Presidente da Câmara, Membros da Mesa, demais Vereadores, Diretor Geral, Assessor Jurídico e Secretária Executiva, em todas as tarefas que lhe for incumbida;

II - recebimento, remessa e entrega de correspondência;

III - recepcionar e prestar atendimento ao público em geral.

IV- executar a política econômica e financeira da Câmara;

VI-promover sob a determinação do Presidente o recebimento, pagamento, guarda e movimentações dos dinheiros e outros valores confiados à Câmara.

§4º – A Assessoria Jurídica – é o órgão encarregado de redigir projetos de leis, resoluções, decretos legislativos e demais atos de natureza jurídica, representar e defender, em juízo ou fora dele, os direitos e interesses do Legislativo Municipal.

§ 5º - Compete a(o) Assessor(a) Jurídico(a) – advogado (a) as seguintes atribuições:

I - assessorar juridicamente todos os assuntos que envolvem os órgãos constantes das unidades de serviço da Câmara Municipal;

II - assessorar, orientar os membros da Mesa e os demais vereadores e as Comissões da Câmara, em todas as matérias que lhes forem submetidas, emitindo parecer verbal ou elaborando parecer técnico, arguindo inconstitucionalidade ou ilegalidade dos atos de origem do Executivo ou do próprio legislativo Municipal;

III - manter os controle dos prazos a serem observados nos pronunciamentos sobre projetos de leis submetidos a sanção do Poder Executivo;

IV - minutar ou pronunciar-se sobre projetos de leis, decretos, resoluções e demais atos jurídicos;



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

- V - elaborar, mediante dados fundamentais, exposições de motivos e mensagens a serem encaminhados ao Plenário;
- VI - verificar, a documentação e instrução, as representações dirigidas ao Plenário;
- VII - emitir pareceres em expedientes que lhe forem encaminhados pelo Presidente da Câmara Municipal e demais Vereadores;
- VIII - elaborar estudos e pesquisas atinentes aos assuntos de sua alçada;
- IX - participar da elaboração de documentos e trabalhos jurídicos, bem como de comissões e grupos de trabalho, quando designados;
- X - representar a Câmara Municipal, nas questões de natureza jurídica em juízo ou fora dele,

§ 6º - A Assessoria de Contabilidade compete as seguintes atribuições:

- I – promover a execução de contabilidade analítica dos atos e fatos de gestão orçamentária e financeira de acordo com as normas pertinentes;
- II – promover os registros analíticos das dotações orçamentárias a seu cargo, a nível de projetos ou suplementos e itens de despesa, compatibilizando-os com o Quadro de Detalhamento de Despesa;
- III - organizar, mensalmente, os balancetes do exercício financeiro;
- IV - levantar, na época própria, o balanço geral da Câmara, contando dos respectivos quadros de despesa;
- V - visar todos os documentos contábeis;
- VI - organizar, nos prazos legais, o balanço geral, bem como, os balancetes mensais, diários e outros documentos de apuração contábil;
- VII - promover o empenho prévio das despesas da Câmara;
- VIII - fornece elementos, quando solicitado, para abertura de créditos adicionais;
- IX - promover o exame e conferência dos processos de pagamento, tomando as providencias cabíveis quando se verificarem irregularidades;
- X - promover, para fins de integração à contabilidade



**ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Central do município. O encaminhamento dos demonstrativos contábeis mencionados e os inventários dos bens em poder da Câmara;

XI - promover o registro contábil dos bens patrimoniais em poder da Câmara;

XII - promover o recebimento, pagamento, guarda e movimentações dos dinheiros e outros valores confiados à Câmara;

XIII - promover a elaboração de proposta orçamentária de conformidade com a Lei Orgânica do Município e controle da execução do orçamento da Câmara;

§ 7º -Serviço de Controladoria compete.

I – Coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal, promovendo a integração operacional e orientando a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;

II - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;

III - Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais;

IV - Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Poder Legislativo Municipal.

V - Acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal,

VI - Verificar a exatidão dos dados financeiros e contábeis da Câmara;

VII - Identificar situações onde os controles são inadequados, gerando riscos para a entidade;

## **TITULO VI**



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**  
**DAS SESSÕES**

**CAPITULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**SEÇÃO I**

**DAS ESPÉCIES DE SESSÕES**

Art. 94 - As sessões da Câmara são:

I - solenes de instalação;

II - ordinárias;

III - extraordinárias;

IV - especiais, solenes ou comemorativas;

Art. 95 - As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada por 2/3 (dois terços) de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

Art. 96- Na abertura das sessões far-se-á leitura de texto bíblico.

Art. 97 - As sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, maioria absoluta dos membros da Câmara e terão duração máxima de quatro horas, salvo pedido de prorrogação na forma regimental.

Parágrafo único - Haverá tolerância máxima de 15 (quinze) minutos da hora regimental para o início da sessão ordinária ou extraordinária, finda a qual, não havendo membro legal para a direção dos trabalhos ou faltando quórum qualificado para o funcionamento, os Vereadores presentes retirar-se-ão do Plenário, após a assinatura no livro próprio, lavrando-se ata declaratória.

**SEÇÃO II**



**PEDRINHAS-SE**  
ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO

## **DA SUSPENSÃO, DA PRORROGAÇÃO E DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

Art. 98. A sessão poderá ser suspensa:

I - para preservação da ordem;

II - para recepcionar visitantes ilustres;

III - a requerimento de qualquer vereador, ad referendum do Plenário

Art. 99 – As sessões poderão ser prorrogadas a requerimento de Vereador, devendo ser apreciado pelo Plenário.

Art. 100 - A sessão será encerrada antes do horário regimental nos seguintes casos:

I - por falta de quórum regimental para prosseguimento dos trabalhos;

II - em caráter excepcional por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade, ou por grande calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação do Plenário em requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos Vereadores;

III - tumulto grave;

IV - se, esgotada a matéria da ordem do dia, não houver inscritos para falar em explicações pessoais.

## **CAPÍTULO II DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO**

Art. 101- A sessão de instalação que ocorrerá no primeiro ano de cada legislatura.

## **CAPÍTULO III DAS SESSÕES ORDINÁRIAS**

### **SEÇÃO I**

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292  
CNPJ. 32.745.846/0001-47  
camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 102- As sessões plenárias ordinárias realizar-se-ão preferencialmente às terças-feiras e quintas-feiras, às 19:00 hs e terão duração no máximo de até 4 (quatro) horas.

~~Art. 102- As sessões plenárias ordinárias realizar-se-ão preferencialmente às terças-feiras e quintas-feiras, às 18:00 hs e terão duração no máximo de até 4 (quatro) horas.~~

Parágrafo único. O vereador que, apenas terá o uso da palavra no pequeno expediente.

Art. 103- As sessões ordinárias compor-se-ão das seguintes partes:

I –grande expediente.

II - pequeno expediente.

III- ordem do dia

IV- encerramento

## **SEÇÃO II**

### **DO GRANDE EXPEDIENTE**

Art. 104 - O grande expediente compreende:

I - a primeira destinada à:

a) verificação do quórum;

b) abertura da reunião;

c) discussão e votação da ata anterior;

d) leitura e despacho do expediente;

II - a segunda está destinada aos oradores inscritos sobre assuntos estranhos a ordem do dia;

§1º - Votada a ata, o Presidente determinará ao 1º Secretário a leitura da matéria do expediente, obedecida a seguinte ordem:

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

- a) expediente recebido do Poder Executivo;
- b) expediente apresentado pelos Vereadores;
- c) expediente enviado pela Câmara;
- d) demais Expedientes.

§3º - Na leitura das Proposições, obedecer-se-á a seguinte ordem:

- I - Vetos;
- II - Projetos de Lei ou de Lei Complementar;
- III - Projetos de Decreto Legislativo;
- IV - Projetos de Resolução;
- V - Substitutivos;
- VI - Emendas e Subemendas;
- VII - Pareceres;
- VIII - Requerimentos;
- IX - Indicações;
- X - Pedidos de Informação;
- XI - Moções.

Art. 105 - A apresentação de proposições pelos Vereadores será feita por ordem de inscrição em livro próprio, terá a duração máxima de 15(quinze) minutos.

§ 1º - O número de proposições apresentadas, por Vereador, por sessão, não excederá a três, excluídos os projetos que farão parte da leitura do expediente. Após a leitura de suas proposições.

§ 2º - As proposições que compreendem os requerimentos, as indicações e as moções de apreciação da alçada do Plenário deverão ser entregues até o início da sessão.

§ 3º - A requerimento de Vereador ou de ofício, o Presidente determinará a retirada de matéria que tenha tramitado em desacordo com as normas regimentais.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 106 - Cabe a qualquer Vereador pedido de encerramento da discussão de determinada matéria, desde que sobre ela já tenham se manifestado pelo menos 4 (quatro) Vereadores, dentre eles o proponente da matéria.

Parágrafo único - O pedido de encerramento de discussão é dirigido ao Presidente e dependerá da decisão do plenário.

### **SEÇÃO III**

#### **DO PEQUENO EXPEDIENTE**

Art. 107 - O pequeno expediente compreende:

III - pequenas comunicações;

Art. 108- O espaço das pequenas comunicações destina-se ao uso da palavra por representante da Mesa Diretora e por representante de bancada.

Parágrafo único - O espaço das pequenas comunicações terá duração máxima de dois minutos e ocorrerá imediatamente após a leitura do expediente, observada a ordem de inscrição.

### **SUBSEÇÃO I**

#### **DA ORDEM DO DIA**

Art. 109–ORDEM DO DIA é a fase da Sessão destinada à discussão e votação de Proposições que já tramitaram pelas Comissões, observando-se a seguinte prioridade:

I - Projetos de Lei Executivo;

II - Projetos de Decreto Legislativo;



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

III - Projetos de Resolução;

IV - Pedidos de Autorização;

V - Veto;

VI - matéria em regime de urgência;

VII - Requerimento de Comissão

Art. 110 - As proposições constantes da ordem do dia poderão ser objeto de:

I - pedido de vista;

II - adiamento;

III - retirada da pauta

Art. 111 - O pedido de vista será formulado através de requerimento, por qualquer Vereador, na fase de primeira discussão da proposição;

§ 1º - Somente um pedido de vista será admitido sobre a mesma proposição.

§ 2º - Os pedidos de vista formulados sobre a mesma proposição serão apreciados, rigorosamente, na ordem de suas apresentações, sendo que a aprovação de um exclui os demais.

§ 3º - O pedido de vista permite exame de no máximo 5 (cinco) dias sobre a proposição, ao término do que a matéria deverá ser entregue com ou sem manifestação do autor do pedido à Mesa Diretora.

§ 4º - O pedido de vistas não poderá ser formulado por Vereador pertencente à comissão que tenha exarado parecer sobre a matéria objeto do pedido.

§ 5º - O pedido de diligências dirigido ao Executivo Municipal, pelo autor do pedido de vistas, suspende o prazo de 5 (cinco) dias até a satisfação do pedido.

Art. 112 - O adiamento previsto no inciso II do art. 148, contempla o que estabelece o § 4º do art. 106, que trata da prorrogação da 2ª discussão quando houver dúvida sobre a matéria em discussão.

Art. 113– A retirada de proposição constante da ordem do dia somente será possível por requerimento de seu autor, desde que não tenha iniciado a votação.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Parágrafo único - As proposições de autoria da Mesa ou de comissão permanente só poderão ser retiradas mediante requerimento subscrito pela maioria dos respectivos membros.

## **CAPITULO IV**

### **DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS**

Art. 114. A Câmara poderá ser convocada extraordinariamente pelo Presidente ou pela maioria dos membros da Câmara Municipal, quando houver matéria de interesse público relevante e urgente a deliberar.

Art. 115. A convocação conterà a relação da matéria a ser apreciada.

Parágrafo único. O Presidente dará conhecimento aos Vereadores, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, dos termos da convocação, do dia e da hora da realização da sessão.

Art. 116- Na sessão extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual tenha sido convocada.

Art. 117- À sessão extraordinária aplica-se o processo legislativo comum, limitado o pedido de vista ou adiamento de votação ao prazo máximo de 3 (três) dias.

Parágrafo único - Transcorrido o prazo de vista ou de adiamento de que trata este artigo, será convocada nova sessão extraordinária para a apreciação da matéria.

Art. 118- As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia e horário e somente serão encerradas quando houver a conclusão da matéria em pauta.

## **CAPITULO V**

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292  
CNPJ. 32.745.846/0001-47  
camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO

## **AS SESSÕES ESPECIAIS, SOLENES OU COMEMORATIVAS**

Art. 119 - As sessões especiais, solenes ou comemorativas destinam-se à concessão de títulos e outras honrarias, às comemorações de datas históricas e eventos auspiciosos e a homenagens a entidades e personalidades ilustres.

Art. 120 - As sessões previstas neste artigo serão convocadas pelo Presidente ou mediante requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos membros da Câmara e aprovado por maioria absoluta.

### **CAPÍTULO VI DOS ANAIS**

Art. 121 - As sessões previstas neste Regimento serão registradas em livro próprio.

§ 1º - Ao Presidente compete, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, mandar suprimir expressões que atentem contra o decoro parlamentar.

§ 2º - As leituras efetuadas pelos oradores em Plenário deverão ser fornecidas à Secretaria da Câmara.

§ 3º - Nos anais não serão inseridos em nenhum documento sem a expressa aprovação do Presidente da Câmara, cabendo recurso ao Plenário em caso de indeferimento.

§ 4º - Certidão de pronunciamentos proferidos durante as sessões deverão ser requeridos, por escrito, à Presidência.

§ 5º - O Vereador poderá requerer extrato ou certidão dos próprios pronunciamentos diretamente à Secretaria da Câmara.

### **CAPÍTULO VII**

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292  
CNPJ. 32.745.846/0001-47  
camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**  
**DAS ATAS**

Art. 122 - De cada sessão da Câmara lavrar-se-á uma ata, na qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos realizados.

§ 1º - As proposições e documentos apresentados em sessão serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se referem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário.

§ 2º - A transcrição de declaração de voto, feita por escrito e em termos concisos e regimentais, deve ser requerida ao Presidente, que não poderá recusá-la.

**TITULO VII**  
**DAS PROPOSIÇÕES**  
**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 123- Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário e consistirá em:

- I - projeto de lei;
- II - projeto de decreto legislativo;
- III - projeto de resolução;
- IV - requerimento;
- V - indicação;
- VI - solicitação de providências;
- VII - moção;
- VIII - substitutivo;
- IX - emenda;
- X - subemenda.

Art. 124 - São adotadas as seguintes definições para as espécies de proposições deste artigo:

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292  
CNPJ. 32.745.846/0001-47  
camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

- a) **Projeto de lei** - proposição que se destina a disciplinar matéria de competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, ressalvada a promulgação de emenda à Lei Orgânica do Município, de competência exclusiva do Poder Legislativo.
- b) **Projeto de decreto Legislativo** - proposição destinada à deliberação do Plenário sobre matérias de caráter político-administrativo de efeitos externos e impositivos que excedam os limites da economia interna. Aprovado pela Câmara será promulgado pelo Presidente, dispensada a sanção do Prefeito.
- c) **projeto de resolução** - proposição destinada a regular matéria político-administrativa de exclusiva competência da Câmara e de efeitos internos, sujeita a processo legislativo. Aprovada pelo Plenário será promulgada pelo Presidente, dispensada a sanção do Prefeito.
- d) **requerimento** - todo pedido verbal ou escrito, feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre qualquer assunto, por Vereador ou comissão;
- e) **indicação** - proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes, bem como a peça inicial de encaminhamento de projetos de lei, de resoluções e de decretos legislativos;
- f) **solicitação de providência** – pedido que se faz ao Executivo no sentido de solicitar providências para que sejam realizados serviços mais imediatos e urgentes
- g) **moção** - proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, louvando, protestando ou repudiando.
- h) **substitutivo** - proposição apresentada pelo Vereador ou por comissão em lugar de outra já existente sobre o mesmo assunto;
- i) **emenda** - proposição apresentada por Vereador ou por comissão que visa alterar parte do projeto a que se refere;
- j) **subemenda** - é a emenda apresentada a outra emenda.

**CAPÍTULO II**  
**DOS PROJETOS**

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292  
CNPJ. 32.745.846/0001-47  
camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO

## **SEÇÃO I**

### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 125 - A Câmara exerce sua função legislativa por meio de:

- I - emendas à Lei Orgânica;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - decretos legislativos;
- V - resoluções.

Art. 126- A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada por iniciativa de, no mínimo, um terço dos Vereadores ou por proposta do Prefeito.

Art. 127 - A proposta de Lei Orgânica será discutida e votada em duas sessões, dentro de sessenta dias a contar de sua apresentação, observado o interstício de dez dias entre as sessões e ter-se-á por aprovada, quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

Art. 128 - A iniciativa dos projetos de lei será:

- a) de Vereador;
- b) de comissão permanente;
- c) do Prefeito;
- d) popular

Art. 129 - Constituem matéria de decreto legislativo:

- a) concessão de licença ao Prefeito e ao Vice-Prefeito para ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo;
- b) aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, emitido pelo órgão competente;
- c) cassação do mandato do Prefeito ou do Vice-Prefeito na forma prevista na legislação federal;

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

- d) cassação do mandato do Vereador na forma prevista na legislação federal;
- e) concessão de títulos honoríficos ou outras honrarias;
- f) demais deliberações do Plenário sobre atos providos do Poder Executivo ou proposições de repercussão externa e de interesse geral do Município.

Art. 130- Constituem matéria de projeto de resolução:

- a) perda do mandato de Vereador nos casos previstos na Lei Orgânica;
- b) criação de comissão especial, de inquérito ou mista;
- c) conclusões de comissão parlamentar de inquérito;
- d) organização dos serviços da Câmara;
- e) Regimento Interno e suas alterações;

f) todo e qualquer assunto de economia interna da Câmara, de caráter geral e normativo, não compreendido nos limites dos meros atos administrativos.

g) concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária.

Art. 131- A iniciativa dos projetos de decreto legislativo e de resolução caberá a qualquer Vereador, salvo disposição em contrário.

## **SEÇÃO II**

### **DA TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS**

Art. 132. Nenhum projeto será posto em discussão sem que tenha sido incluído, previamente, na ordem do dia e sem que tenha sido publicado, acompanhado dos respectivos pareceres.

§ 1º - Todos os projetos terão duas discussões, com exceção dos abaixo enumerados, que terão uma única discussão.

- I- Os que tenham sido colocados em Regime de Urgência
- II- Os vetos
- III- Os projetos de decretos legislativos e s resoluções de qualquer natureza.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 133 - Os projetos apresentados serão lidos e despachados de plano às comissões permanentes.

Art. 134 - Todos os projetos, substitutivos, emendas e subemendas e respectivos pareceres serão entregues, mediante cópia, quando de sua entrada na secretaria da Câmara, às bancadas.

Parágrafo único - Os prazos de encaminhamento de substitutivos, emendas e subemendas aos projetos, contados do recebimento destes pela Câmara, serão:

- I - de 10(dez) dias em se tratando de projetos em regime de urgência especial;
- II - fixados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos demais casos.

### **SEÇÃO III**

#### **DA PREFERÊNCIA**

Art. 135 - Denomina-se preferência à primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

§ 1º - O substitutivo de comissão tem preferência na votação sobre o projeto e, havendo substitutivo de mais de uma comissão, terá preferência o da comissão com competência específica sobre o mérito da proposição.

§ 2º - Na votação de projetos sem substitutivos, as emendas terão preferência na seguinte ordem:

- I - supressivas;
- II - substitutivas;
- III - modificativas;
- IV - aditivas;
- V - de redação;
- VI - as de comissões, na ordem dos itens anteriores, sobre as de Vereadores.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

§ 3º - Após a votação das emendas, na ordem de preferência estabelecida no parágrafo anterior, será votada a proposição principal e, quando a proposição principal for substitutiva, rejeitado este, a proposição inicial;

§ 4º - As subemendas substitutivas têm preferência na votação sobre as respectivas emendas.

Art. 136 - Quando ocorrer a apresentação de mais de um requerimento sujeito à votação, o Presidente regulará a preferência pela ordem de apresentação.

#### **SEÇÃO IV**

#### **DA URGÊNCIA**

Art. 137 - Urgência é a abreviação do processo legislativo, em virtude de interesse público relevante, com a dispensa de exigências regimentais para que determinada proposição seja logo considerada até sua decisão final.

Art. 138- Ausência compreende o exame da matéria pelas comissões competentes, no prazo de 14 (quatorze) dias e dar-se-á com aprovação de requerimento nesse sentido manifestado pelo autor do projeto.

#### **SEÇÃO V**

#### **DA PRIMEIRA DISCUSSÃO**

Art. 139 - Instruído o projeto com os pareceres de todas as comissões, se for o caso, será ele incluído na ordem do dia.

Art. 140- Somente até a primeira discussão serão admitidos substitutivos, emendas e subemendas.

Art. 141 - O pedido de vistas interrompe a primeira discussão, a qual será concluída na sessão subsequente.



**PEDRINHAS-SE**  
ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO

## **SEÇÃO VI**

### **DA SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

Art. 142- Vencida a primeira discussão sobre a matéria, a mesma permanecerá na ordem do dia da sessão subsequente, para a segunda discussão e votação.

Art. 143 - Se houver substitutivos, serão votados com antecedência sobre o projeto inicial, na ordem inversa de sua apresentação.

§ 1º - O substitutivo oferecido por qualquer comissão terá sempre preferência para votação sobre os de autoria do Vereador.

§ 2º - Não havendo substitutivo de autoria de comissão, admite-se pedido para a votação sobre os de autoria de Vereador.

§ 3º - A aprovação de um substitutivo prejudica os demais, bem como o projeto original.

Art. 144 - Aprovado o substitutivo, passar-se-á à votação das emendas e subemendas a ele apresentadas, se for o caso.

§ 1º - As emendas e subemendas serão lidas e votadas uma por uma, respeitada a preferência para as de autoria de comissão, na ordem direta de sua apresentação.

§ 2º - Não se admite pedido de preferência para a votação das emendas e subemendas.

§ 3º - A requerimento de qualquer Vereador ou mediante proposta do Presidente, com o consentimento do Plenário, poderão as emendas e subemendas ser votadas em bloco ou em grupos devidamente especificados.

§ 4º - Em casos excepcionais, mediante deliberação do Plenário, poderá haver prorrogação da segunda discussão de determinada matéria, em face de existência de dúvida que sobre ela surgir e que deva ser objeto de diligência.

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 145 - Aprovado o projeto, será o processo remetido à comissão competente para a redação final.

## **SEÇÃO VII**

### **DA REDAÇÃO FINAL**

Art. 146 - Concluída a votação do projeto, será o processo encaminhado à comissão competente para correção vernacular e adequação aos princípios fundamentais da técnica legislativa.

## **SEÇÃO VIII**

### **DOS AUTÓGRAFOS**

Art.147- Os autógrafos serão elaborados em duas vias, das quais a primeira será remetida ao Prefeito, mediante protocolo de recebimento.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS SUBSTITUTIVOS, DAS EMENDAS E SUBEMENDAS**

Art. 148 - Os substitutivos só serão admitidos com parecer de comissão permanente ou em Plenário durante a primeira discussão da matéria.

Parágrafo único - Não será permitido ao Vereador ou às comissões apresentar mais de um substitutivo ao mesmo projeto sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

Art. 149- As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas;

§ 1º - Emenda supressiva é a proposição que erradica qualquer parte da principal;

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

§ 2º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra;

§ 3º - Emenda aditiva é a proposição apresentada que se acrescenta à outra.

§ 4º - Não será admitida emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal.

§ 5º - Emenda modificativa é a que se refere apenas à redação do artigo, sem alterar a sua substância.

### **CAPÍTULO III**

### **DOS REQUERIMENTOS**

Art. 150 - Quanto à competência para decidi-los, os requerimentos são de duas espécies:

- a) sujeitos a despacho do Presidente;
- b) sujeitos à deliberação do Plenário.

Art. 151 - Serão da alçada do Presidente da Câmara, e verbais, os requerimentos que solicitarem:

- I - a palavra, pela ordem;
- II - a leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- III - permissão para falar sentado;
- IV - observância de disposição regimental;
- V - a retirada, pelo autor, de requerimento ainda não submetido à deliberação do Plenário;
- VI - verificação de presença ou de votação;
- VII - informações sobre os trabalhos ou sobre a pauta da ordem do dia.

Art. 152 - São da alçada do Presidente, e escritos, os requerimentos que solicitarem:

- I - requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara, relacionados com a proposição em discussão;
- II - renúncia de membro da Mesa;

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro - Pedrinhas/SE - CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

- III - audiência de comissão, quando o pedido for apresentado por outra;
- IV - juntada ou desentranhamento de documentos;
- V - informações, em caráter oficial, sobre atos da Mesa, da Presidência ou da Câmara;
- VI - votos de pesar por falecimento;
- VII - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara;

VIII - preenchimento de lugar em comissão.

Art. 153 - Serão da alçada do Plenário, verbais ou escritos, e votados sem discussão, os requerimentos que solicitarem:

- I - destaque de matéria para votação;
- II - determinado processo de votação;
- III - audiência de comissão para assunto em pauta;
- IV - retirada de proposição já submetida à discussão.

Art. 154- Serão da alçada do Plenário, escritos, discutidos e votados, os requerimentos que solicitarem:

- I - inserção de documento em ata ou nos anais;
- II - constituição de comissão de representação;
- IV - informações ao Prefeito por seu intermédio;
- V - informações a entidades públicas ou particulares;
- VI - audiência de comissão, a pedido de Vereador;
- VII - votos de louvor e de congratulações.

Art. 155 - As representações de outras edilidades, solicitando a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto, após lidas no expediente, serão encaminhadas às comissões competentes.

Parágrafo único - Emitido o respectivo parecer, a matéria será colocada em apreciação, em única discussão e votação do Plenário para o atendimento ou não do que for solicitado.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 156- Independem de discussão e de votação, sendo de plano despachados pelo Presidente, os pedidos de retirada ou de devolução de processos originários do Poder Executivo, com ou sem parecer de comissão da Câmara.

Art. 157- Não é permitido dar forma de requerimento a assuntos reservados por este Regimento para constituir objeto de indicação ou moção.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS INDICAÇÕES, DAS SOLICITAÇÕES DE PROVIDÊNCIAS E DAS MOÇÕES**

Art. 158 – As indicações as solicitações de providências e as moções, através de formulário próprio, serão lidas no expediente pelo próprio proponente e após, discutidas e votadas pelo Plenário.

Parágrafo único - Concluídas suas apreciações, serão as mesmas encaminhadas a quem de direito.

## **TÍTULO VII**

### **DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

#### **SEÇÃO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 159- O Vereador só poderá manifestar-se mediante permissão do Presidente, sob pena de advertência e posterior cassação da palavra.

Art. 160- O uso da palavra será regulado pelas seguintes normas:

I - qualquer Vereador, com exceção do Presidente, falará em pé, salvo quando obtiver permissão para falar sentado.

II - salvo em aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver com a palavra.

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

III - Qualquer Vereador ao falar dirigirá a palavra ao Presidente ou aos Vereadores em geral e só poderá falar voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;  
IV - dirigindo-se a qualquer dos pares, o Vereador dar-lhe-á tratamento de respeito, em qualquer circunstância.

Art. 161 - O Vereador poderá usar da palavra para:

I - retificar a ata;

II - apresentar ou retirar indicações, requerimentos ou moções;

III - discutir matéria em debate;

IV - tratar de assunto de interesse público;

V - pequenas comunicações;

VI - versar sobre assunto de sua livre escolha no pequeno expediente e explicações pessoais;

VII - declarar o voto;

VIII - falar pela ordem;

IX - levantar questão de ordem;

X - apartear.

§ 1º - O Vereador só poderá falar pela ordem para:

a) propor o melhor método de direção dos trabalhos, em qualquer fase da sessão, exceto no momento da votação;

b) dirigir à Mesa comunicações ou pedidos de esclarecimentos;

c) solicitar retificação de voto;

d) solicitar a censura do Presidente a qualquer pronunciamento de outro Vereador que contenha expressão, frase ou conceito que considere desrespeitoso.

§ 2º - Quando o Presidente verificar que a reclamação pela ordem não se refere, efetivamente, à ordem dos trabalhos poderá cassar a palavra do Vereador que a estiver usando.

Art. 162 - O Vereador a quem for dada a palavra deverá, inicialmente, declarar a que título se pronuncia e não poderá:

I - usar da palavra com finalidade diferente da alegada;

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

- II - desviar-se da matéria em debate;
- III - falar sobre a matéria vencida;
- IV - usar de linguagem imprópria;
- V - ultrapassar prazo que lhe competir;
- VI - deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 163 - O Presidente não interromperá o orador salvo para:

- I - dar conhecimento ao Plenário de requerimento de prorrogação da sessão e colocá-lo em votação sem discussão;
- II - fazer comunicação importante, urgente ou inadiável à Câmara;
- III - recepcionar autoridade ou personalidade em visita à Câmara;
- IV - suspender ou encerrar a sessão, em caso de tumulto grave no Plenário ou em outras dependências da Câmara;
- V - atender a pedido de palavra pela ordem ou para questão de ordem.

## **SEÇÃO II**

### **DOS APARTES**

Art. 164- Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador, para indagação, esclarecimento ou contestação.

Art. 165 - Não serão admitidos apartes:

- I - paralelos e cruzados;
- II - quando o orador estiver declarando seu voto, falando sobre a ata, pela ordem ou em questão de ordem.

## **SEÇÃO III**

### **DA VOTAÇÃO**

Art. 166- Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

§ 1º - Considera-se qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão.

§ 2º - Quando, no curso de uma votação, se esgota o tempo destinado à sessão, esta será dada por prorrogada até que se conclua por inteiro a votação da matéria, ressalvada a hipótese da falta de número para deliberação, caso em que a sessão será dada por encerrada imediatamente.

#### **SEÇÃO IV**

#### **DO DESTAQUE**

Art. 167- Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte do texto de uma proposição, para possibilitar sua votação isolada.

§ 1º - O destaque dirigido à proposição de Vereador que dependa de apreciação do Plenário, no espaço do pequeno expediente, será concedido a um Vereador para manifestar-se contrariamente à mesma e sempre antes da fala do proponente.

§ 2º - O Plenário poderá permitir, a requerimento de qualquer Vereador, que a votação das emendas se faça destacadamente, uma a uma.

§ 3º - Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação de proposições por títulos, capítulos, seções, grupos de artigos ou de palavras.

§ 4º - O requerimento de destaque será formulado por escrito ou verbalmente e só será admitido antes de anunciada a votação.

#### **SEÇÃO V**

#### **DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO**

Art. 168 - São três os processos de votação:

a) simbólico;

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*

b) nominal;

c) secreto.

Art. 169- O processo simbólico consiste na simples contagem de votos, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam como estão, votando a favor ou levantando o braço, se contrários.

§ 1º - Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará o nome dos Vereadores que votaram a favor e dos que votaram contra, tanto em declaração de voto como não, bem como as abstenções e ausências.

§ 2º - Havendo dúvidas sobre o resultado, qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-lo.

§ 3º - O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

Art. 172- A votação nominal será feita mediante chamada dos presentes, pelo Secretário, devendo os Vereadores responder sim ou não, conforme forem favoráveis ou contrários à proposição.

Parágrafo único - O Presidente proclamará o resultado mandando ler nomes dos Vereadores que tenham votado sim e dos que tenham votado não.

Art. 170- A votação será secreta nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal e neste Regimento.

§ 1º - Proceder-se-á à votação por meio de cédulas impressas e rubricadas pelo Secretário.

§ 2º - A apuração será feita por dois escrutinadores, anotada pelo Secretário e proclamada pelo Presidente, podendo ser fiscalizada pelas lideranças partidárias.

## **SEÇÃO VI**

### **DA VERIFICAÇÃO NOMINAL DA VOTAÇÃO**



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 171 - Sempre que julgar conveniente, qualquer Vereador poderá pedir verificação de votação nominal, cujo pedido deverá ser formulado logo após ter sido dado a conhecer o resultado da votação e antes de se iniciar novo assunto.

Art. 172 - A verificação se fará por meio de chamada nominal e o resultado será proclamado pelo Presidente sem que constem na ata as respostas especificadamente, não se procedendo a mais de uma a cada votação.

## **SEÇÃO VII**

### **DA DECLARAÇÃO DE VOTO**

Art. 173- A declaração de voto é a manifestação do Vereador sobre os motivos que o levaram a votar contrariamente a matéria aprovada em plenário.

## **CAPÍTULO II**

### **DO TEMPO DE USO DA PALAVRA**

Art. 174- O tempo de que dispõe o Vereador, sempre que ocupar a tribuna, será controlado pelo Presidente e começará a fluir no instante em que lhe for dada a palavra.

Parágrafo único - Quando o orador for interrompido em seu discurso por qualquer motivo, exceto por aparte concedido, o prazo de interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS**

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Art. 175 - Questão de ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.

§ 1º - As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretenda elucidar.

§ 2º - O Presidente poderá cassar a palavra do proponente e não levar em consideração a questão levantada, se este não observar o disposto neste artigo.

Art. 176- Formulada a questão de ordem, facultada a sua contestação por um dos Vereadores, será ela conclusivamente decidida pela Mesa.

#### **CAPITULO IV**

#### **DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS**

Art. 177 - Os casos não previstos neste Regimento ou os que suscitarem diferentes interpretações serão resolvidos pela Mesa, cabendo, da decisão, recurso ao Plenário.

Parágrafo único - A deliberação será objeto de súmula a ser inserida em resolução de Mesa.

#### **TITULO VIII**

#### **DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DO ORÇAMENTO**

Art. 178. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal em tramitação especial.

§ 1º Caberá à Comissão de Orçamento e Finanças:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo.



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas previstos na Lei Orgânica do Município; e

III - exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões.

§ 2º As emendas serão apresentadas na Comissão de Orçamento e Finanças, que sobre elas emitirá parecer;

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida; ou

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão de Orçamento e Finanças, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito à Câmara, nos prazos previstos na Lei Orgânica do Município.

§ 7º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados,

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 9º Na forma prevista neste Regimento, a Câmara Municipal realizará audiências públicas e possibilitará a participação da sociedade na discussão das leis mencionadas neste artigo.

## **CAPÍTULO II**

### **DA CONCESSÃO DE TÍTULOS HONORÍFICOS**

Art. 179- Por via de decreto legislativo aprovado pela maioria absoluta de seus membros, a Câmara poderá conceder Título de Cidadão Pedrinhense ou qualquer outra homenagem a personalidades nacionais ou estrangeiras radicadas no país, comprovadamente dignas de honraria.

Art.180 - O projeto de concessão de títulos honoríficos deverá ser subscrito, no mínimo, por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara e, observadas as demais formalidades regimentais, vir acompanhado, como requisito essencial, de circunstanciada biografia da pessoa que se deseja homenagear.

Art. 181 - A entrega dos títulos será feita em sessão especial, convocada unicamente para esse fim.

## **TÍTULO IX**

### **DAS CONTAS**

Art. 182 - As contas do exercício financeiro apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa serão julgadas pela Câmara, através do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 183. Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, a Câmara observará os seguintes preceitos:

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292  
CNPJ. 32.745.846/0001-47  
camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

- I- o parecer somente poderá ser rejeitado por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;
- II- rejeitadas, as contas serão imediatamente remetidas ao Ministério Público e à Justiça Eleitoral para os devidos fins.

## **TITULO X**

### **DO PREFEITO E DOS TITULARES DE ATRIBUIÇÕES DELEGADAS**

Art. 184. A Câmara Municipal, durante a instrução do processo de julgamento das contas governamentais, oportunizará ao julgado as seguintes oportunidades de defesa:

- I – 30 dias, para apresentação de defesa escrita, junto à Comissão de Orçamento e Finanças, tão logo seja designado o relator;
- II – quinze minutos, para realização de defesa oral, na sessão plenária de julgamento das contas.

Parágrafo único. A defesa de quem está tendo as contas julgadas deverá ser realizada por advogado devidamente constituído.

Art. 185 - Os Secretários Municipais poderão ser convocados pela Câmara para prestar informações que lhes forem solicitadas sobre assunto de sua competência administrativa.

§ 1º - A convocação far-se-á por requerimento escrito e assinado por, no mínimo, 3 (três) membros da Câmara.

§ 2º - O requerimento deverá indicar explicitamente o motivo da convocação, especificando os quesitos que serão propostos ao convocado.

§ 3º - Aprovado o requerimento de convocação, o Presidente da Câmara expedirá o respectivo ofício ao Prefeito, enviando-lhe cópia autêntica do requerimento e solicitando-lhe marcar o dia e a hora para o comparecimento do convocado.

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*

## **TITULO XI**

### **DA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO**

Art. 186- O projeto de resolução que vise alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno será admitido quando proposto:

- a) por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara;
- b) pela Mesa;
- c) por uma das comissões permanentes da Câmara;

Art. 187 - O projeto de resolução será dado por aprovado com o voto da maioria absoluta dos Vereadores, após vencidos dois turnos de discussão.

Art. 188- A. As leis consolidadoras sujeitar-se-ão ao seguinte processo:

I – recebidos e protocolados os projetos de lei de consolidação, o Presidente determinará a sua publicação por 24 h (vinte e quatro horas);

II – depois de publicados, os projetos constarão na pauta da primeira sessão plenária subsequente, para conhecimento dos vereadores;

III – após, os projetos de que trata este artigo serão encaminhados para a Justiça, Educação, Saúde e Assistência Social para análise e emissão de parecer;

IV – a Comissão de Justiça, Educação e Assistência Social, ao seu critério, poderá realizar audiência pública sobre os projetos;

V – votado o parecer do relator na Comissão de Comissão de Justiça, Educação e Assistência Social, os projetos serão publicados, acompanhados dos respectivos pareceres;

VI – após a publicação, os projetos serão incluídos na ordem do dia da sessão plenária subsequente para deliberação;

VII – aprovado em plenário, os projetos seguirão os demais procedimentos previstos neste Regimento quanto à elaboração das redações finais e encaminhamento para o Prefeito.



**PEDRINHAS-SE**  
ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO

Parágrafo único. Não é necessária a tramitação simultânea de todos os projetos de consolidação.

## **TÍTULO XII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 189 - Os casos omissos ou as dúvidas que eventualmente surjam quanto à tramitação a ser dada a qualquer processo serão submetidos à decisão da Mesa da Câmara, que firmará o critério a ser adotado, “ad referendum” do Plenário.

Art. 190 - A Secretaria da Câmara fará reproduzir este Regimento, enviando cópia aos Vereadores, ao Prefeito e à Biblioteca Municipal.

Art. 191 - O Regimento Interno será disponibilizado inclusive via internet, através de site da Câmara de Vereadores.

Art. 192. Ao fim de cada ano legislativo, a Secretaria da Câmara, sob a orientação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, elaborará e publicará separada contendo as alterações e interpretações sumuladas deste REGIMENTO, cuja cópia também deverá ser encaminhada às entidades citadas no artigo anterior.

Art. 193 - À data de vigência deste Regimento ficarão prejudicadas quaisquer resoluções em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

## **TÍTULO XIII**

### **DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

Art. 194 - Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com as entidades da sociedade civil e qualquer cidadão para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, apresentar propostas e discutir matérias relevantes.

Parágrafo único - A audiência pública poderá ser realizada em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pelo



**PEDRINHAS-SE**  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CASA LEGISLATIVA VEREADOR**  
**AROALDO FONTES DO NASCIMENTO**

Presidente da Comissão, que comunicará os interessados com antecedência mínima de cinco dias.

Art. 195 - Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites com antecedência mínima de cinco dias.

§ 1º - Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§ 2º - O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão de debate e disporá, para tanto, de vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

§ 3º - Caso o expositor se desvie do assunto, ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada.

§ 4º - A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§ 5º - Os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Art. 196- Da reunião de audiência pública lavrar-se-á ata, arquivando-se, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que o acompanharem.

Parágrafo único - Será admitido, a qualquer tempo, o traslado de peças ou fornecimento de cópia aos interessados.

Art. 197- O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

**Sala das Sessões,**

*Travessa Álvaro de Freitas, nº 06, Centro – Pedrinhas/SE – CEP: 49350-000 Telefone: (79) 3648-1784 ou (79) 99893-5292*

*CNPJ. 32.745.846/0001-47*

*camaravereadorespedrinhas@hotmail.com*



**PEDRINHAS-SE**  
ESTADO DE SERGIPE  
CASA LEGISLATIVA VEREADOR  
AROALDO FONTES DO NASCIMENTO

---

**JOZEANO FRANCISCO DOS SANTOS**  
Presidente

---

**LAERTE ALVES DE ALMEIDA**  
Vice-Presidente

---

**JOSÉARONADISSON GOIS DO NASCIMENTO**  
1ª Secretário

---

**LOURIVAL FERNANDES DE ALMEIDA**  
2º Secretário